

Icatu Capitalização S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de junho de
2018 comparativas ao balanço
patrimonial em 31 de dezembro de
2017 e às demais demonstrações
financeiras para o semestre findo
em 30 de junho de 2017.**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	4
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13
Conselho de administração	33

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 74.267.170/0001-73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Intermediárias e as Notas Explicativas da Icatu Capitalização S.A., relativas aos resultados do semestre findo em 30 de junho de 2018 comparativo ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e ao semestre findo em 30 de junho de 2017, além do respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório do Comitê de Auditoria.

A Companhia arrecadou com títulos de capitalização o montante de R\$ 561,7 milhões no primeiro semestre de 2018, crescimento de 10,5% em relação ao mesmo semestre do ano anterior.

O resultado das operações de capitalização alcançou R\$ 82,4 milhões, aumento de 16,8% em relação a 2017.

No primeiro trimestre de 2018 foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) o contrato assinado entre a Icatu Capitalização e a BNP Paribas Cardif referente a aquisição da totalidade dos ativos e das operações da Cardif Capitalização no Brasil ("Cardif").

A Icatu Capitalização S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 17,2 milhões no primeiro semestre de 2018. O patrimônio líquido atingiu R\$ 192,5 milhões em 30 de junho de 2018.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva da ordem de R\$ 143,9 milhões.

A Icatu Capitalização S.A. agradece aos seus acionistas, funcionários, parceiros e corretores pela conquista desses resultados. Agradece também aos clientes pela preferência e confiança, e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2018.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Administradores e Acionistas da
Icatu Capitalização S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia de Seguros a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
 CNPJ: 74.267.170/0001-73

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
 (Em milhares de reais)

ATIVO		30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		<u>1.510.038</u>	<u>1.556.115</u>
Disponível		<u>11.257</u>	<u>21.078</u>
Caixa e Bancos		6.991	5.557
Equivalente de Caixa	Nota 5	4.266	15.521
Aplicações	Nota 5	1.438.254	1.479.158
Créditos das Operações de Capitalização		28.480	28.908
Outros Créditos Operacionais	Nota 7	20.906	20.166
Títulos e Créditos a Receber		<u>11.141</u>	<u>6.803</u>
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 8	8.870	6.176
Outros Créditos		2.271	627
Despesas Antecipadas		-	2
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>797.801</u>	<u>764.369</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>774.734</u>	<u>739.727</u>
Aplicações	Nota 5	621.081	606.151
Títulos e Créditos a Receber		<u>153.653</u>	<u>133.576</u>
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 8	7.076	2.090
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 14.3	146.577	131.486
Imobilizado		175	223
Intangível	Nota 9	22.892	24.419
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.307.839</u></u>	<u><u>2.320.484</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 74.267.170/0001-73

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
(Em milhares de reais)

PASSIVO		30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		1.961.440	1.935.353
Contas a Pagar		36.904	56.662
Obrigações a Pagar	Nota 10	27.044	40.242
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		4.003	4.734
Encargos Trabalhistas		4.965	3.698
Impostos e Contribuições		851	7.959
Outras Contas a Pagar		41	29
Débitos de Operações com Capitalização	Nota 11	12.933	22.565
Débitos Operacionais		12.933	22.565
Depósitos de Terceiros		2.682	2.802
Provisões Técnicas - Capitalização	Nota 12	1.908.921	1.853.324
Provisão para Resgates		1.683.494	1.623.474
Provisão para Sorteio		136.624	134.119
Provisão para Despesas Administrativas		2.107	2.007
Outras Provisões		86.696	93.724
NÃO CIRCULANTE		153.863	144.471
Contas a Pagar		151.060	140.397
Obrigações a Pagar		16.606	14.539
Obrigações Fiscais	Nota 14.2	134.454	125.858
Outros Débitos	Nota 14.1	2.803	4.074
Provisões Judiciais		2.803	4.074
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 15	192.536	240.659
Capital Social		86.484	86.484
Reservas de Lucros		85.891	139.407
Ajustes de Avaliação Patrimonial		2.940	14.768
Lucro Líquido do Semestre		17.221	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.307.839	2.320.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 74.267.170/0001-73

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Arrecadação com Títulos de Capitalização	Nota 4.3.4	561.717	508.424
Varição da Provisão para Resgate		<u>(414.169)</u>	<u>(377.737)</u>
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização		147.548	130.687
Variações das Provisões Técnicas		(7.020)	(316)
Resultado com Sorteio		(30.621)	(29.978)
Custo de Aquisição	Nota 18	(43.541)	(39.507)
Outras Receitas Operacionais		32.504	24.533
Outras Despesas Operacionais		<u>(16.498)</u>	<u>(14.906)</u>
Outras Receitas e Despesas Operacionais	Nota 18	16.006	9.627
OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		82.372	70.513
Despesas Administrativas	Nota 18	(70.603)	(57.971)
Despesas com Tributos	Nota 18	(8.519)	(7.834)
Receitas Financeiras		133.844	146.126
Despesas Financeiras		<u>(94.878)</u>	<u>(80.784)</u>
Resultado Financeiro	Nota 18	38.966	65.342
RESULTADO OPERACIONAL		42.216	70.050
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		42.216	70.050
Imposto de Renda	Nota 19	(8.770)	(14.102)
Contribuição Social	Nota 19	(9.915)	(14.140)
Participações sobre o Lucro		<u>(6.310)</u>	<u>(3.903)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		17.221	37.905
Quantidade de Ações		<u>417.994.227</u>	<u>417.994.227</u>
Lucro Líquido por Ação - R\$		0,04	0,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 74.267.170/0001-73

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	<u>17.221</u>	<u>37.905</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(11.828)	5.335
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(19.714)	8.925
Imposto sobre o ganho(perda) originado no semestre	7.886	(3.590)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	<u>5.393</u>	<u>43.240</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 74.267.170/0001-73

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL EM APROVAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	66.151	-	13.229	93.587	-	(667)	-	172.300
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....	-	-	-	-	-	5.335	-	5.335
Aumento de Capital.....	-	20.333	-	(20.333)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Semestre.....	-	-	-	-	-	-	37.905	37.905
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	66.151	20.333	13.229	73.254	-	4.668	37.905	215.540
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	86.484	-	16.699	69.192	53.516	14.768	-	240.659
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....	-	-	-	-	-	(11.828)	-	(11.828)
Distribuição de Dividendos AGE janeiro/2018.....	-	-	-	-	(53.516)	-	-	(53.516)
Lucro Líquido do Semestre.....	-	-	-	-	-	-	17.221	17.221
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	86.484	-	16.699	69.192	-	2.940	17.221	192.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do Semestre	17.221	37.905
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	(2.058)	1.734
Varição de Impostos Sobre o Lucro	(9.634)	1.712
Varição das Provisões Técnicas	27.945	(50.191)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	25.975	23.437
Créditos das operações de capitalização	428	(1.986)
Créditos tributários e previdenciários	(2.694)	(16)
Ativo fiscal diferido	(4.986)	664
Depósitos judiciais e fiscais	(15.091)	(13.139)
Despesas antecipadas	2	31
Outros ativos	1.733	1.076
Impostos e contribuições	30.115	29.866
Outras contas a pagar	15.226	12.569
Débitos de operações com capitalização	(9.632)	(15.239)
Depósitos de terceiros	(119)	889
Provisões técnicas - capitalização	27.652	27.892
Provisões judiciais	(1.270)	192
Outros passivos	(11.828)	5.335
Caixa Gerado pelas Operações	<u>88.985</u>	<u>62.731</u>
Impostos sobre os lucros pagos	(28.320)	(26.529)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	<u>60.665</u>	<u>36.202</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos	-	(2.028)
Imobilizado e Intangível	(486)	(13)
Caixa Líquido Consumido/ Gerado nas Atividades de Investimento	<u>(486)</u>	<u>(2.041)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(70.000)	(24.390)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento	<u>(70.000)</u>	<u>(24.390)</u>
(Redução) Líquida de caixa no semestre	<u>(9.821)</u>	<u>9.771</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	21.078	3.506
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	11.257	13.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 74.267.170/0001-73

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 COMPARATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E ÀS DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017.
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Icatu Capitalização S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. (“Icatu Seguros”) que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias (“Demonstrações”) foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”) e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”. As Demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo “CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária”.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 29 de agosto de 2018.

2.2 Base de Mensuração

Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias “ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado” e “ativos financeiros disponíveis para venda”. A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Quando não é possível identificar tais prazos são classificados de acordo com estudo técnico. Passivos de exigibilidade imediata são classificados no circulante.

2.3 Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e julgamentos para o registro de transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como sua divulgação. As principais estimativas relacionadas às demonstrações referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da redução do valor recuperável sobre créditos e outros ativos e às provisões técnicas estimadas (PDA). Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam é

efetuado no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- ✓ Redução ao Valor Recuperável (nota 3.1.c);
- ✓ Provisão para Despesas Administrativas (nota 3.5.5);
- ✓ Aplicações Financeiras (nota 5);
- ✓ Créditos Tributários e Previdenciários (nota 8);
- ✓ Provisões Judiciais (notas 3.6 e 14.1).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas Demonstrações:

3.1 Instrumentos Financeiros

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e conseqüentemente em trânsito. São considerados equivalentes de caixa operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e os títulos públicos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, com vencimento em até três meses a contar da data da aquisição e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, detidos diretamente pela sociedade ou através de cotas de fundos de investimentos exclusivos e não vinculados à cobertura de provisões técnicas e mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

b) Instrumentos Financeiros não Derivativos

Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- (I) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ou títulos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustados ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado;
- (II) Disponíveis para venda - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de “títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado”, “títulos mantidos até o vencimento” e “empréstimos e recebíveis”. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os prazos de contrato. Os ganhos apurados pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido;
- (III) Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e
- (IV) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações de Capitalização, não havendo registro de empréstimos. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c) Redução ao Valor Recuperável

- (I) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.
- (II) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos negociados na B3 e em mercado de balcão organizado, reconhecidos ao valor justo, que tem como objetivo principal proteger os ativos e passivos da Companhia dos riscos de mercado (nota 6).

3.2 Outros Créditos Operacionais

Essa rubrica tem por finalidade registrar os pagamentos das obrigações realizadas e ainda não reportadas pelas instituições financeiras. Com isso, o registro transitório fica aguardando o devido retorno para ser baixado, juntamente com a obrigação registrada no passivo, nas rubricas “Comissões a Pagar” e “Provisões Técnicas” (nota 7).

3.3 Imobilizado

Está contabilizado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em “Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes”, na demonstração do resultado.

3.4 Intangível

Composto principalmente por contrato de direito de exclusividade para comercialização de produtos nos canais de parcerias, a amortização destes contratos é de 20% a.a.. Composto também pelos gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno, cujas amortizações que são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. O intangível é avaliado, a cada data de divulgação sobre o valor do ativo e a sua recuperabilidade (nota 9).

3.5 Provisões Técnicas

3.5.1 Provisão Matemática para Capitalização

Representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.5.2 Provisão para Resgates

Representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações. Incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos.

3.5.3 Provisão para Sorteios a Realizar

É constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data base da constituição, ainda não tenham sido realizados.

3.5.4 Provisão de Sorteios a Pagar

Corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.5.5 Provisão para Despesas Administrativas

É constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

3.5.6 Provisão para Distribuição de Bônus

É constituída para a distribuição de bônus ainda não devidos, quando previsto no plano, a metodologia de cálculo é idêntica à da provisão matemática para capitalização. A parcela correspondente aos bônus já devidos compõem a provisão para resgates.

3.5.7 Prescrição de Títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos. Porém, para casos específicos, a Icatu concedeu a prorrogação do prazo de prescrição por mais 5 anos.

3.6 Provisões Judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo “CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas Provisões, estão contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais”, no passivo não circulante.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acordão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nas quais a causa está sendo avaliada.

Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais”, no ativo não circulante. São atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR + 0,5% para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis (nota 14.3).

3.7 Resultado

A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos.

A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo:

- Primeira mensalidade quando da respectiva emissão;
- Demais mensalidades quando do efetivo recebimento.

O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma de contabilização da receita.

Os custos de aquisição com títulos de capitalização são contabilizados quando incorridos.

3.8 Benefícios a Empregados

Refere-se a plano de contribuição variável sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade ligada, no caso a Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.9 Impostos e Contribuições

3.9.1 Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%.

3.9.2 Impostos Diferidos

São constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações, sobre as diferenças temporárias.

Em relação a impostos diferidos de contribuição social, a Companhia realizou o cálculo segregando os créditos e débitos para os quais a estimativa de realização se dará até 31/12/2018 aplicando a alíquota de 20%. Para os demais, cuja estimativa de realização será após 31/12/2018, foi aplicada alíquota de 15%.

A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

3.10 Novas Normas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras intermediárias e não foram adotados antecipadamente:

3.10.1 IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa a substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o CPC 38 até 1º de janeiro de 2021. A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2021, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas Demonstrações ainda estão em avaliação que será concluída até a data prevista para adoção pela SUSEP, espera-se que não tenha impactos significativos nas Demonstrações da Companhia no período de adoção inicial.

3.10.2 IFRS 16 / CPC 06 - Arrendamentos

O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as Demonstrações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor.

4. GESTÃO DE RISCO

A Companhia está organizada em 3 linhas de defesas com papéis claros e bem definidos. A primeira linha de defesa, as unidades operacionais, também chamados de donos dos riscos - ou *risk owners*, identificam os riscos e definem os respectivos controles mitigatórios. A segunda linha de defesa, composta por Controles Internos, Atuarial, Gestão de Riscos de Negócios entre outras, é responsável pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais, áreas de controle, Diretoria e conselho de administração. Por fim, a terceira linha

de defesa, executada pela auditoria interna, tem o papel fundamental na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pela segunda linha de defesa.

A Gestão de Riscos segue as etapas fundamentais de identificação, avaliação e mensuração, e monitoramento, observando cada risco individual e em conjunto, obtendo, assim, o seu perfil de riscos. O processo é contínuo, permanentemente revisado e é realizado de forma centralizada, dentro da estrutura da Icatu Seguros.

4.1 Responsáveis pela Gestão de Riscos

Em atendimento a Circular SUSEP nº 521/15, a Gestão de Riscos possui um Gestor de Riscos para o Grupo Icatu Seguros com reporte direto ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração.

4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

O principal ponto de alinhamento entre o sistema de controles internos e a Gestão de Riscos foi a utilização dos mesmos princípios metodológicos para a avaliação dos riscos, sendo o maior destaque a importância da qualidade dos controles nos modelos de avaliação de riscos. A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo *“Internal Control - Integrated Framework (2013)”*, emitida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (“COSO”)*.

4.3 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos

4.3.1 Principais Riscos Associados a Instrumentos Financeiros

4.3.1.1 Risco de Crédito - Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras.

Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos. Em moeda local, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AA-, e está relacionado às emissões locais denominadas em Reais de títulos públicos federais, no volume de R\$ 1.219.864 (R\$ 1.422.322 em 31/12/2017). O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 102.190 (R\$ 126.786 em 31/12/2017).

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três:

Rating	30/06/2018	31/12/2017
	CDB	CDB
AA.....	220.496	12.422
AA-.....	27.650	-
A+.....	7.673	37.938
A.....	70.920	79.598
A-.....	30.338	-
BBB+.....	18.133	-
BBB.....	-	6.025
BB+.....	4.516	210.445
BB.....	-	4.031
Total	379.726	350.459

Quotas de fundos de investimento não exclusivos, ações, derivativos e outras aplicações totalizam R\$ 361.821 (R\$ 201.264 em 31/12/2017).

4.3.1.2 Risco de Mercado - Constante potencial que a carteira de títulos tem de sofrer perdas devido a flutuações nos fatores de risco dos ativos.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um dia com 95% de confiança por meio da metodologia VaR paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Risco	30/06/2018			31/12/2017		
	DV-01	VAR	Exposição	DV-01	VAR	Exposição
Ações.....	-	3.861	319	-	26	1.700
Préfixado - DI.....	193	2.073	702.274	231	2.483	668.893
Taxa Referencial.....	-	-	103.338	-	-	98.632
IPCA.....	1.425	7.113	1.257.670	2.133	5.242	1.331.605
Risco da Carteira	1.599	13.053	2.063.601	2.364	7.366	2.100.830

4.3.1.3 Risco de Liquidez - No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar a adequação dos prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos e demais recebíveis aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia.

Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura da Icatu Seguros.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	30/06/2018					
	Principais Ativos / Passivos Financeiros e Capitalização					
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ativos	945.659	3.702	189.505	293.487	689.896	2.122.249
Caixa e Bancos.....	6.991	-	-	-	-	6.991
Equivalente de Caixa.....	4.266	-	-	-	-	4.266
Aplicações.....	882.745	3.702	189.505	293.487	689.896	2.059.335
Créditos das Operações	28.480	-	-	-	-	28.480
Títulos e Créditos a Receber....	23.177	-	-	-	-	23.177
Passivos	424.396	223.350	330.276	719.546	280.478	1.978.046
Contas a pagar.....	53.510	-	-	-	-	53.510
Provisões Técnicas.....	355.271	223.350	330.276	719.546	280.478	1.908.921
Débitos das operações	12.933	-	-	-	-	12.933
Depósitos de terceiros.....	2.682	-	-	-	-	2.682
	31/12/2017					
	Principais Ativos / Passivos Financeiros e Capitalização					
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ativos	719.687	4.023	94.865	318.359	1.019.154	2.156.088
Caixa e Bancos.....	5.557	-	-	-	-	5.557
Equivalente de Caixa.....	15.521	-	-	-	-	15.521
Aplicações.....	648.908	4.023	94.865	318.359	1.019.154	2.085.309
Créditos das Operações	28.908	-	-	-	-	28.908
Títulos e Créditos a Receber....	20.793	-	-	-	-	20.793
Passivos	461.212	205.344	359.137	683.588	240.611	1.949.892
Contas a pagar.....	71.201	-	-	-	-	71.201
Provisões Técnicas.....	364.644	205.344	359.137	683.588	240.611	1.853.324
Débitos das operações	22.565	-	-	-	-	22.565
Depósitos de terceiros.....	2.802	-	-	-	-	2.802

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

O saldo das aplicações financeiras em 30/06/2018 é composto por títulos e valores mobiliários em carteira própria no valor de R\$ 379.726 (R\$ 350.459 em 31/12/2017), por fundos de investimentos não exclusivos no valor de R\$ 358.539 (R\$ 198.554 em 31/12/2017) e por fundos de investimentos exclusivos, sendo estes últimos compostos como segue, em função dos vencimentos dos títulos existentes na carteira desses fundos a partir da data-base:

	30/06/2018					Total	31/12/2017					Total
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos		Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	
Letras Financeiras do Tesouro.....	72.003	-	71.638	7.902	33.486	185.029	15.271	-	70.239	81.730	34.197	201.437
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	96.383	218.236	99.135	413.754	-	-	685	165.188	448.861	614.734
Operações Compromissadas.....	102.190	-	-	-	-	102.190	126.786	-	-	-	-	126.786
Fundos de Invest. de Renda Fixa.....	-	-	-	-	-	-	829	-	-	-	-	829
Outras Aplicações.....	(254)	(1)	(5)	2.317	1.225	3.282	517	(7)	(16)	983	403	1.880
Valor justo por meio de resultado	173.939	(1)	168.016	228.455	133.846	704.255	143.403	(7)	70.908	247.901	483.461	945.666
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	-	65.032	433.597	498.629	-	-	-	70.458	535.693	606.151
Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	65.032	433.597	498.629	-	-	-	70.458	535.693	606.151
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	-	-	122.452	122.452	-	-	-	-	-	-
Títulos Mantidos até o vencimento	-	-	-	-	122.452	122.452	-	-	-	-	-	-
Total Exclusivos	173.939	(1)	168.016	293.487	689.895	1.325.336	143.403	(7)	70.908	318.359	1.019.154	1.551.817

4.3.2 Risco Operacional - O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo Gestão de Riscos Corporativos da Icatu Seguros com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de Controles Internos que reporta os resultados ao Gestor de Risco e a Diretoria.

O processo de gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros das perdas operacionais. Este processo permite um acompanhamento dos registros dos eventos de risco operacional ocorrido na Companhia e identificação dos processos e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de Risco Legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia.

Para os Riscos de *Compliance*, que são aqueles que envolvem o não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *Compliance*, com responsabilidade de estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os Riscos de Fraude são identificados através de estudos de risco de a Companhia ser objeto de fraudes, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais.

Com base nos estudos é desenvolvida e implementada, na forma da legislação vigente, estrutura de controles internos específicos, validada pela auditoria interna, para tratar dos riscos identificados.

4.3.3 Risco de Subscrição - Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em: risco de sorteio, que implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados

com séries abertas; risco de persistência, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título; risco de cancelamento, que implica na devolução integral das parcelas pagas pelos clientes no caso de problemas gerados no momento da venda e risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

4.3.4 Risco por Região

A arrecadação com títulos de capitalização está distribuída nas regiões geográficas, conforme quadro abaixo:

	30/06/2018		30/06/2017	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Centro Oeste	46.723	8%	46.576	9%
Nordeste	28.743	5%	27.432	5%
Norte	36.473	7%	31.002	6%
Sudeste	204.112	36%	193.186	38%
Sul	245.666	44%	210.228	42%
Total	561.717	100%	508.424	100%

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os investimentos financeiros classificados como Equivalentes de Caixa em 30/06/2018 no valor de R\$ 4.266 (R\$ 15.521 em 31/12/2017). Segue demonstração da abertura da carteira:

5.1 Composição das Aplicações Financeiras

Descrição	30/06/2018				31/12/2017	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	%	Rentabilidade	Valor Contábil/Valor de Mercado	Rentabilidade
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (I)	704.255	704.255	48,82%		945.666	
Notas do Tesouro Nacional - IPCA.....	412.010	412.010	28,56%		609.448	
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ.....	1.744	1.744	0,12%	9,75%	5.286	10,95%
Letras Financeiras do Tesouro.....	185.029	185.029	12,83%	SELIC	201.437	SELIC
Operações Compromissadas.....	102.190	102.190	7,08%	SELIC	126.786	SELIC
Outros.....	3.282	3.282	0,23%		2.709	
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos (II)	358.539	358.539	24,86%		198.554	
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB (III)	379.726	379.726	26,32%		350.459	
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - CDI.....	238.378	238.378	16,53%	98,84% do CDI	213.889	98,70% do CDI
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - SELIC.....	38.010	38.010	2,63%	SELIC	37.938	SELIC
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - TR.....	103.338	103.338	7,16%	TR + 5,94%	98.632	TR + 6,17%
Categoria I - Valor justo por meio de resultado (IV) = (I)+(II)+(III)	1.442.520	1.442.520	100,00%		1.494.679	
Total no Circulante (V) = (IV)	1.442.520	1.442.520	100,00%		1.494.679	
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (VI)	498.629	498.629	80,28%		606.151	
Notas do Tesouro Nacional - IPCA - Maior que 1 ano.....	480.509	480.509	77,37%		587.087	
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ - Maior que 1 ano.....	18.120	18.120	2,91%	13,76%	19.064	13,76%
Categoria II - Disponíveis para Venda (VII) = (VI)	498.629	498.629	80,28%		606.151	
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (VIII)	122.452	111.744	19,72%	IPCA+5,24%	-	
Categoria III - Mantidos até o vencimento (IX) = (VIII)	122.452	111.744	19,72%		-	
Total no Não Circulante (X) = (XI) + (VII)	621.081	610.373	100,00%		606.151	

Em 30/06/2018, o valor avaliado pela “curva” dos títulos disponíveis para venda monta a R\$ 493.730 (R\$ 581.538 em 31/12/2017). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como ajustes de Avaliação Patrimonial são de R\$ 4.899 (R\$ 24.613 de perda em 31/12/2017).

As cotas de fundos de investimento estão precificadas pelos valores das cotas publicamente divulgadas pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A Companhia, na definição dos investimentos realizados com vistas à adequada cobertura de seus passivos atuariais, revê periodicamente as condições de mercado para aquisição, venda ou manutenção dos ativos integrantes de sua carteira de ativos em consonância com as estratégias de ALM.

5.2 Movimentação das Aplicações por Categoria

	Valor Justo por meio de resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldo em 31/12/2016	1.329.374	681.144	-	2.010.518
Aplicações.....	4.340.293	-	-	4.340.293
Resgates.....	(4.340.015)	(151.343)	-	(4.491.358)
Rentabilidade.....	165.027	50.591	-	215.618
Ajuste Títulos de Valores Mobiliários.....	-	25.759	-	25.759
Saldo em 31/12/2017	1.494.679	606.151	-	2.100.830
Aplicações.....	2.283.369	-	120.723	2.404.092
Resgates.....	(2.379.220)	(112.799)	(3.163)	(2.495.182)
Rentabilidade.....	43.692	24.991	4.892	73.575
Ajuste Títulos de Valores Mobiliários.....	-	(19.714)	-	(19.714)
Saldo em 30/06/2018	1.442.520	498.629	122.452	2.063.601

5.3 Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, considerando os títulos mantidos na carteira própria e a abertura da carteira existente nos fundos exclusivos:

	30/06/2018	31/12/2017
Nível 1		
Notas do Tesouro Nacional	413.754	614.734
Letras Financeiras do Tesouro	185.029	201.437
Operações Compromissadas	102.190	58.959
Nível 2		
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	379.726	350.459
Fundos de Investimento Não Exclusivos	358.539	198.554
Fundos de Investimento de Renda Fixa	-	829
Operações Compromissadas	-	67.827
Contratos Futuros	351	-
Sw ap	3.194	1.377
Outras Aplicações	(263)	503
Total (I) Valor justo por meio de resultado	1.442.520	1.494.679
Nível 1		
Notas do Tesouro Nacional	428.762	565.844
Nível 2		
Notas do Tesouro Nacional	69.867	40.307
Total (II) Disponíveis para Venda	498.629	606.151
Nível 1		
Notas do Tesouro Nacional	111.744	-
Total (III) Mantidos até o vencimento	111.744	-
Total	2.052.893	2.100.830

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 30/06/2018 e 31/12/2017, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e swap contratados em mercado de balcão organizado:

30/06/2018							
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo	
DAP	Comprado	ago/22	DI x IPCA	1.740	175.559	Hedge Índice	
DI1	Comprado	jan/19	CDI	500	48.363	Hedge Taxa pré fixada	
DI1	Comprado	jan/21	CDI	600	48.012	Hedge Taxa pré fixada	
Swap							
Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$ mil	Valor Passivo em R\$ mil	Apropriação Acumulada em R\$ mil
mai/17	jun/20	CDI	TR	50.000	55.445	54.120	1.326
mai/17	jun/21	CDI	TR	50.000	55.065	54.120	945
mai/17	jun/22	CDI	TR	50.000	55.043	54.120	923
31/12/2017							
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo	
DI1	Comprado	jan/19	CDI	500	46.786	Hedge Taxa pré fixada	
DI1	Comprado	jan/20	CDI	3	257	Hedge Taxa pré fixada	
DI1	Comprado	jan/21	CDI	1.205	92.895	Hedge Taxa pré fixada	
DI1	Vendido	jan/23	CDI	31	1.927	Hedge Taxa pré fixada	
DI1	Comprado	jan/25	CDI	2.690	134.394	Hedge Taxa pré fixada	
Swap							
Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$ mil	Valor Passivo em R\$ mil	Apropriação Acumulada em R\$ mil
mai/17	jun/20	CDI	TR	50.000	53.437	52.454	983
mai/17	jun/21	CDI	TR	50.000	52.903	52.454	449
mai/17	jun/22	CDI	TR	50.000	52.408	52.454	(46)
jun/15	ago/18	IPCA	CDI	495	671	680	(10)

7. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Registra os pagamentos das obrigações operacionais, ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 20.906 em 30/06/2018 (R\$ 20.166 em 31/12/2017). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Impostos a recuperar são compostos da seguinte forma:

Impostos a Recuperar	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de Renda.....	6.821	5.400
Contribuição Social.....	1.320	47
COFINS.....	564	564
PIS.....	114	114
Outros.....	51	51
Total	8.870	6.176

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias, compostos, em sua maioria, pelas provisões judiciais fiscais, perdas não realizadas nos Títulos e Valores Mobiliários, Créditos a Receber referente a venda de balcão, Atualização de Depósitos Judiciais e PLR.

Conforme Circular Susep nº 517/15 e alterações posteriores a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. A seguir, a movimentação das diferenças temporárias.

Imposto de Renda/Contribuição Social	30/06/2018	31/12/2017
Ajuste TVM - Títulos disponíveis para Venda	(4.899)	(24.613)
Provisão de títulos a pagar - Prescrição	2.248	1.938
Contingências Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	3.113	4.346
Redução a valor recuperável	1.320	1.320
Outras Provisões	4.336	7.983
Fundo de Marketing	5.580	1.441
Atualização Depósito Judicial	(39.208)	(35.376)
Participação nos Lucros e Resultados	13.374	18.463
COFINS Exigibilidade Suspensa	23.447	21.203
PIS Exigibilidade Suspensa	5.170	4.780
Total das Provisões temporárias	14.481	1.485
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	3.620	371
Alíquota aplicada - CSLL - 15% E 20%	3.456	1.719
	7.076	2.090

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o CPC 32, demonstrado no quadro abaixo:

Não Circulante	31/12/2016	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2017	Constituição	Realização/ Reversão	30/06/2018
Imposto de Renda Diferido	(3.456)	(118.076)	121.903	371	(42.444)	45.693	3.620
Diferenças Temporárias.....	5.594	2.683	(1.753)	6.524	4.798	(6.477)	4.845
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	286	(109.337)	102.898	(6.153)	(47.242)	52.170	(1.225)
Créditos a Receber.....	(9.336)	(11.422)	20.758	-	-	-	-
Contribuição Social Diferida	(3.482)	(67.862)	73.063	1.719	(24.377)	26.114	3.456
Diferenças Temporárias.....	3.794	5.346	(3.729)	5.411	3.968	(5.188)	4.191
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	192	(64.070)	60.186	(3.692)	(28.345)	31.302	(735)
Créditos a Receber.....	(7.468)	(9.138)	16.606	-	-	-	-
Total	(6.938)	(185.938)	194.966	2.090	(66.821)	71.807	7.076

CPC 32 - Tributos sobre o lucro, a Companhia apresenta seus débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no ativo não circulante, na rubrica "Créditos tributários e previdenciários".

9. INTANGÍVEIS

São compostos da seguinte forma:

	DESENVOLVIDO INTERNAMENTE		ADQUIRIDO DE TERCEIROS		TOTAL
	MARCAS E PATENTES	SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO	SISTEMAS APLICADOS	BALCÃO DE VENDA (a)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	111	1.626	3.156	8.400	13.293
Adições.....	-	678	1.697	12.150	14.525
Baixas.....	-	(26)	-	-	(26)
Reclassificações.....	-	82	(82)	-	-
Amortizações.....	-	(413)	(1.160)	(1.800)	(3.373)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	111	1.947	3.611	18.750	24.419
Adições.....	-	486	-	-	486
Baixas.....	-	-	-	-	-
Reclassificações.....	-	-	-	-	-
Amortizações.....	-	(237)	(572)	(1.204)	(2.013)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	111	2.196	3.039	17.546	22.892

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR

O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações. São compostas da seguinte forma:

	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores a pagar.....	4.465	754
Dividendos a pagar.....	-	16.485
Participações nos lucros a pagar.....	6.055	10.217
Resgates e sorteios.....	2.071	2.960
Rateio de despesas administrativas a pagar	9.629	5.272
Outras Obrigações.....	4.824	4.554
	27.044	40.242

11. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO

Remunerações a pagar sobre títulos de capitalização estão classificadas no passivo circulante e são compostas como segue: Excedente financeiro R\$ 5.437 (R\$ 12.032 em 31/12/2017) e Comissões e Pró-labore R\$ 7.496 (R\$ 10.533 em 31/12/2017).

12. PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO

12.1 Movimentação das Provisões Técnicas de Capitalização

Estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2016	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária/ Juros	Saldos em 31/12/2017	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária/ Juros	Saldos em 30/06/2018
Provisão Matemática para Capitalização	1.283.364	776.593	(824.845)	83.450	1.318.562	417.478	(404.320)	39.764	1.371.484
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	195.745	498.710	(501.902)	1.370	193.923	245.506	(249.034)	32	190.427
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	108.032	346.704	(347.407)	3.660	110.989	164.382	(153.921)	133	121.583
Provisão para Resgates	1.587.141	1.622.007	(1.674.154)	88.480	1.623.474	827.366	(807.275)	39.929	1.683.494
Provisão para Sorteios a Realizar	47.469	74.816	(76.757)	(3.086)	42.442	37.551	(37.430)	(823)	41.740
Provisão de Sorteios a Pagar	79.482	65.128	(54.201)	1.268	91.677	30.500	(27.657)	364	94.884
Provisão para Sorteios	126.951	139.944	(130.958)	(1.818)	134.119	68.051	(65.087)	(459)	136.624
Provisão para Distribuição de Bônus	116.567	20.833	(40.323)	(3.353)	93.724	11.321	(16.744)	(1.605)	86.696
Provisão para Despesas Administrativas	1.686	742	(421)	-	2.007	365	(265)	-	2.107
Outras Provisões	118.253	21.575	(40.744)	(3.353)	95.731	11.686	(17.009)	(1.605)	88.803
Total	1.832.345	1.783.526	(1.845.856)	83.309	1.853.324	907.103	(889.371)	37.865	1.908.921

12.2 Análise de Sensibilidade - Capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: Riscos de subscrição e Taxa de juros e não impactariam significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

- I) Para os Riscos de Subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 10%, definido com base na experiência dos últimos 3 anos de observação.
- II) Para a Taxa de Juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

VARIÁVEL	Capitalização Premissas	Efeito no Resultado e no Patrimônio Líquido	
		30/06/2018	31/12/2017
		Bruto/Líquido de Resseguro	Bruto/Líquido de Resseguro
Resultado Sorteio	Aumento de 10% nos Valores Sorteados	(7.696)	(6.513)
Resultado Sorteio	Redução de 10% nos Valores Sorteados	7.696	6.513

13. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2018	31/12/2017
Provisões Técnicas - Capitalização		
Total a ser Coberto	1.908.921	1.853.324
Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	2.048.627	2.085.309
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos.....	1.310.362	1.536.296
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos.....	358.539	198.554
Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB.....	379.726	350.459
Equivalente de Caixa	4.266	15.521
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos.....	4.266	15.521
Total de Aplicações.....	2.052.893	2.100.830
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	143.972	247.506

Os títulos mantidos até o vencimento são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 10.708 menor do que o valor contábil (Nota 5.1).

14. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

14.1 Provisões Judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais cuja probabilidade de perda é classificada como “possível” é de R\$ 44.122 (R\$ 39.686 em 31/12/2017) que é composto principalmente por discussões em que se questiona PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

							Causas Cíveis
30/06/2018				31/12/2017			
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	
Provável.....	51	846	846	48	1.226	1.226	
Possível.....	187	5.998	-	179	5.773	-	
Remota.....	20	5.870	-	22	5.482	-	
Total	258	12.714	846	249	12.481	1.226	

							Causas Trabalhistas
30/06/2018				31/12/2017			
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	
Provável.....	30	1.412	1.412	28	1.415	1.415	
Possível.....	16	1.656	-	19	1.716	-	
Remota.....	1	719	-	1	680	-	
Total	47	3.787	1.412	48	3.811	1.415	

							Causas Fiscais
30/06/2018				31/12/2017			
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	
Provável.....	4	545	545	8	1.433	1.433	
Possível.....	56	36.468	-	52	32.197	-	
Total	60	37.013	545	60	33.630	1.433	

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	Valor Provisionado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	1.330	958	1.458	3.746
Causas Adicionais.....	1.698	982	22	2.702
Causas Baixadas.....	(1.667)	(426)	-	(2.093)
Causas Ajustadas	(135)	(99)	(47)	(281)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1.226	1.415	1.433	4.074
Causas Adicionais.....	266	315	-	581
Causas Baixadas.....	(747)	(233)	(937)	(1.917)
Causas Ajustadas	101	(85)	49	65
Saldos em 30 de Junho de 2018	846	1.412	545	2.803

14.2 Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais

São registradas no passivo não circulante as Obrigações Fiscais em discussão judicial e são compostas como segue:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2017	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 30/06/2018
Contribuição Social	75.232	17.682	6.662	99.576	3.346	2.611	105.533
COFINS	17.010	2.995	1.198	21.203	1.771	473	23.447
PIS	4.017	486	276	4.779	288	103	5.170
Outros Processos	286	-	14	300	-	4	304
Total	96.545	21.163	8.150	125.858	5.405	3.191	134.454

A seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais oriundos de obrigações legais:

TESE	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial		Provisão	
			Valor atualizado em 30/06/2018	Valor em 31/12/2017	Valor atualizado em 30/06/2018	Valor em 31/12/2017
CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% Lei nº 13.169/2015.	Possível	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 2ª instância.	R\$ 112.325	R\$ 100.158	R\$ 105.533	R\$ 99.576
PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo livre e prescrição - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo livre - 2ª instância e prescrição - 2ª instância.	R\$ 31.063, sendo R\$26.009 COFINS, e R\$ 5.054 PIS	R\$ 28.232, sendo R\$ 24.257 COFINS, e R\$ 3.975 PIS	R\$ 27.257 sendo R\$ 23.447 COFINS, e R\$ 3.810 PIS	R\$ 24.648 sendo R\$ 21.203 COFINS, e R\$ 3.445 PIS
PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997.	Provável	A decisão foi parcialmente favorável. Aguardando conversão em favor da União e Companhia.	R\$ 1.819	R\$ 1.795	R\$ 1.275	R\$ 1.250
PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.	Provável	Aguardando decisão do STF.	R\$ 89	R\$ 88	R\$ 85	R\$ 84

14.3 Depósitos Judiciais e Fiscais

Os depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais, Cíveis e Trabalhistas são registrados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cíveis.....	313	269
Trabalhistas.....	101	98
Fiscais.....	146.122	131.079
Outros.....	41	40
	<u>146.577</u>	<u>131.486</u>

Os depósitos judiciais relativos às obrigações fiscais são compostos como segue:

	<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Pagamentos / Baixas</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Saldo em 30/06/2018</u>
Contribuição Social	77.535	16.165	6.458	-	100.158	9.059	3.108	112.325
COFINS	19.913	2.898	1.446	-	24.257	1.199	553	26.009
PIS	5.070	471	316	-	5.857	965	140	6.962
Outros	1.065	-	79	(337)	807	-	19	826
Total	<u>103.583</u>	<u>19.534</u>	<u>8.299</u>	<u>(337)</u>	<u>131.079</u>	<u>11.223</u>	<u>3.820</u>	<u>146.122</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital Social

O capital subscrito e integralizado de R\$ 86.484 representado por 417.994.227 ações sem valor nominal, sendo 376.127.276 ações ordinárias e 41.866.951 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital.

15.2 Reservas de Lucros

As Reservas de Lucros de R\$ 85.891 (R\$ 139.407 em 31/12/2017) são compostas por:

Reserva legal de R\$ 16.699 que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

Reserva Estatutária de R\$ 69.192 é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

Em janeiro de 2018, a Companhia realizou o pagamento de dividendos no valor de R\$ 70.000, provisionados em dezembro de 2017, sendo R\$ 53.516 referentes à dividendo adicional, provisionado em "Reservas de Lucros" e R\$ 16.484 referentes a dividendo mínimo obrigatório, provisionado no passivo circulante.

15.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" registra os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo registrado no Patrimônio Líquido é R\$ 2.940 (R\$ 14.768 em 31/12/2017).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Calculado conforme a Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores:

	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido	192.536	240.659
Ajustes Contábeis	(14.119)	(15.046)
Despesas Antecipadas.....	-	(2)
Ativo Intangíveis.....	(22.892)	(24.419)
Ajuste Contábil - 50 % Ativos intangíveis ponto de venda CMR (+).....	8.773	9.375
Ajustes Associados a Variação dos Valores Econômicos	71.387	114.244
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização (+).....	71.387	114.244
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	249.804	339.857
Capital Base (CB)	10.800	10.800
Capital de Riscos de Crédito	19.613	24.568
Capital de Risco de Subscrição.....	9.939	9.985
Capital de Riscos de Mercado	86.789	133.360
Capital de Risco - Redução por correlação.....	(18.908)	(22.871)
Capital de Risco Operacional	3.784	3.601
Capital de Risco - CR	101.217	148.643
Capital Mínimo Requerido (MAX(CB,CR) - CMR)	101.217	148.643
Suficiência	148.587	191.214
Razão PLA/CMR	2,47	2,29

Em atendimento ao CNSP a Companhia apresenta montante em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do seu Capital Mínimo Requerido - CMR obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

17. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas seguem abaixo:

	30/06/2018	31/12/2017		30/06/2018	30/06/2017
Passivo	(16.131)	(34.592)	Receitas	55.227	68.480
Contas a Pagar			Icatu Seguros S.A.(Controladora)[b][a][e].....	41.055	45.205
Icatu Seguros S.A.(Controladora)[b][a][e].....	(12.290)	(31.759)	Rio Grande Seguros e Previdência S.A (Ligada) [a].....	14.172	23.275
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Coligada) [b]	(50)	(92)	Despesas		
Itumbiara Participações Ltda (Ligada) [b].....	(20)	(23)	Despesas Administrativas	(71.461)	(77.179)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A (Ligada) [a].....	(3.771)	(2.718)	Icatu Seguros S.A.(Controladora) [a].....	(57.703)	(54.298)
Total (Ativo - Passivos)	(16.131)	(34.592)	Rio Grande Seguros e Previdência S.A (Ligada) [a].....	(10.629)	(21.699)
			Administradores (Outros) [c].....	(2.220)	(312)
			Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) [d].....	(533)	(498)
			Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Ligada) [b].	(248)	(233)
			Itumbiara Participações Ltda (Ligada) [b].....	(128)	(139)
			Total (Receitas - Despesas)	(16.234)	(8.699)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

a] Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros e da Rio Grande Seguros e Previdência uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização.

b] Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.

c] Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos Administradores conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros, registrado na rubrica “Despesas Administrativas”, referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo.

d] Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária seus funcionários.

e] Valor referente a dividendos a pagar sobre as movimentações oriundas da distribuição de resultado.

18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/06/2018	30/06/2017
Custos de aquisição	(43.541)	(39.507)
Despesas de Corretagem.....	(39.120)	(36.684)
Despesas de Remuneração Performance Mensal.....	(3.564)	(2.289)
Despesas de Custeamento de Vendas.....	(857)	(534)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	16.006	9.627
Prescrição de Títulos de Capitalização.....	26.693	18.565
Taxa relativa a Resgates Antecipados.....	5.811	5.968
Prestação de Serviço Ativo.....	(15.055)	(14.030)
Provisão para Contingências Cíveis.....	(32)	(202)
Outras Despesas Operacionais.....	(1.411)	(674)
Despesas Administrativas	(70.603)	(57.971)
Pessoal Próprio.....	(33.957)	(32.217)
Serviços de Terceiros.....	(10.566)	(4.632)
Localização e Funcionamento.....	(22.892)	(19.147)
Publicações.....	(2.194)	(1.450)
Publicidade e Propaganda.....	(56)	(33)
Donativos e Contribuições.....	(893)	(365)
Outras Despesas Administrativas.....	(45)	(127)
Despesas com Tributos	(8.519)	(7.834)
Impostos.....	(201)	(168)
Provisão Fiscal Imposto Federal.....	429	-
COFINS.....	(6.872)	(5.921)
PIS.....	(1.143)	(1.009)
Taxa de Fiscalização.....	(639)	(616)
Outras Despesas com Tributos.....	(93)	(120)
Resultado Financeiro	38.966	65.342
Receitas Financeiras	133.844	146.126
<i>Categoria - Disponível para venda</i>		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	24.991	27.181
<i>Categoria - Mantidos até o vencimento</i>		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos.....	4.892	-
<i>Categoria - Valor justo por meio do resultado</i>		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos e Não Exclusivos.....	88.687	93.515
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	11.152	18.732
Outras Receitas Financeiras.....	4.122	6.698
Despesas Financeiras	(94.878)	(80.784)
Atualização Monetária das Provisões Técnicas.....	(37.865)	(44.371)
<i>Categoria - Valor justo por meio do resultado</i>		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos e Não Exclusivos.....	(56.147)	(34.792)
Títulos de Renda Fixa.....	-	(1.200)
Outras Despesas Financeiras.....	(866)	(421)

19. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2018		30/06/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	42.216	42.216	70.050	70.050
Participação nos Lucros e Resultados	(6.310)	(6.310)	(3.903)	(3.903)
Resultado antes dos Impostos	35.906	35.906	66.147	66.147
ADIÇÕES	26.773	26.773	17.082	17.082
Adição Permanente	451	451	214	214
Doações e Patrocínios Indedutíveis	781	781	-	-
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	3.113	3.113	4.174	4.174
Outras Provisões	13.483	13.483	6.806	6.806
Participações nos Lucros e Resultados	6.311	6.311	3.903	3.903
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	2.634	2.634	1.985	1.985
EXCLUSÕES	(32.260)	(32.260)	(30.695)	(30.695)
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.346)	(4.346)	(3.951)	(3.951)
Outras Provisões	(12.682)	(12.682)	(8.113)	(8.113)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(3.832)	(3.832)	(4.603)	(4.603)
Participações nos Lucros e Resultados	(11.400)	(11.400)	(11.935)	(11.935)
Direitos de Longo Prazo	-	-	(2.093)	(2.093)
Resultado Ajustado	30.419	30.419	52.534	52.534
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	20%	15% + 10%	20%
Despesas com IRPJ/CSLL	(7.090)	(6.083)	(13.004)	(10.507)
Reversão de Créditos Tributários	(1.680)	(1.221)	(575)	390
Direitos de Longo Prazo	-	-	(523)	(419)
Atualização Processo Judicial CSLL	-	(2.611)	-	(3.604)
Despesas com IRPJ/CSLL	(8.770)	(9.915)	(14.102)	(14.140)
Alíquota Efetiva	24,42%	27,61%	21,32%	21,38%

20. CARREGAMENTO

De acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, os principais produtos comercializados pela Companhia possuem as seguintes taxas de carregamento:

Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PM780T1	15414.003668/2008-80	5,24%	0,5% a.m.	TR
PM910T3	15414.004504/2009-51	15,79%	0,5% a.m.	TR
PM102T7	15414.002015/2011-89	16,99%	0,5% a.m.	TR
PU52.1	15414.000312/2003-80	0,00%	0,1% a.m.	TR
PM930T4	15414.002745/2010-07	6,36%	0,5% a.m.	TR

21. COMERCIALIZAÇÃO

O índice de comercialização está representado por modalidade de pagamento, da seguinte forma:

Índice de Comercialização	30/06/2018	30/06/2017
Títulos de pagamentos únicos (PU)	3,51%	2,62%
Títulos de pagamentos mensais (PM)	8,80%	9,17%
Títulos de pagamentos periódico (PP)	2,00%	0,00%

22. EVENTO SUBSEQUENTE

Após decisão desfavorável dos embargos de divergência contra o Acórdão proferido no Agravo Regimental que negou provimento, referente ao Mandado de Segurança que versa sobre a mudança da alíquota de CSLL de 9% para 15%, a Companhia decidiu não interpor Agravo Interno. Como consequência, haverá o trânsito em julgado da ação. Os valores em discussão se encontram integralmente provisionados e depositados em juízo.

23. COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição Líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30/06/2018 da Icatu Seguros.

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A

CNPJ: 74.267.170/0001-76

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luciano Soares

Marcos Pessoa de Queiroz Falcão

Luiz Antonio Nabuco de Almeida Braga

DIRETORIA

Diretor Presidente

Luciano Snel Corrêa

Diretores

Alexandre Petrone Vilardi

Mario José Gonzaga Petrelli

Cesar Luiz Salazar Saut

Contador

Marcos Célio Santos Nogueira

CRC-RJ nº 089.351/O-8

Atuário

Lígia de Abreu Sodré Pires

MIBA nº 1394